

Cotação

- Dólar: R\$ 5,68
- Euro: R\$ 6,13



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quarta-Feira • 2 de Abril de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	3 de Abril
• Dia do Propagandista • Dia Internacional do Livro Infantil • Dia Mundial de Conscientização do Autismo	• Dia do Atuário • Dia do Desporto Comunitário

Agenda do Prefeito

Hoje	3 de Abril
• 9h: II Fórum Concessões e PPPS em Infraestrutura Social • 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito	• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito • 19h: Programa Tá na Hora Vale – TV Thathi SBT com Vinicius Valverde no Estúdio em São José dos Campos

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Nova Imprensa • Reporter Online Litoral • Fala Caragua • Diário Caiçara • Notícias das Praias • Ubatuba Times • O Vale

Índice

Política.....	3
O Estado de São Paulo.....	3
O Estado de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
Folha de São Paulo.....	9
Federação dos Bancários cede prédio para implantação de Hotel-Escola em Caraguatatuba.....	10
Cotidiano.....	11
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
O Estado de São Paulo.....	13
O Estado de São Paulo.....	14
Sabesp prorroga feirão de regularização de débitos até o dia 11 de abril.....	15
Geral.....	16
Guarda Municipal atende ocorrência de violência doméstica praticada pelo filho em Caraguatatuba.....	16
Mulher é presa por matar Yorkshire a pancadas no Porto Novo.....	17
Turismo e Esporte - Local.....	18
Caraguatatuba divulga indicações para o Revelando SP 2025.....	18
Atleta de Caraguatatuba é Campeã Pan-Americana de Jiu Jitsu e busca apoio para disputar Mundial nos Estados Unidos.....	19

Política

O Estado de São Paulo

Sem avanço da anistia, PL usa obstrução para pressionar Hugo Motta

Tática de deputados da sigla de Bolsonaro afeta trabalho da CCJ; presidente da Câmara pede ações 'sem mesquinhez'

LEVY TELES
PEPITA ORTEGA
VICTOR OHANA
BRASÍLIA

O PL do ex-presidente Jair Bolsonaro intensificou ontem a estratégia de obstrução da pauta na Câmara após a falta de um sinal positivo por parte do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), pela tramitação do projeto de lei da anistia a implicados no 8 de Janeiro. O movimento afetou o funcionamento de colegiados – a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara, teve sessão cancelada.

Enquanto não houver o número mínimo de presentes para o início das sessões, deputa-

dos do PL não deverão registrar presença nem no plenário nem em comissões, à exceção dos colegiados de Segurança Pública e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comandados por aliados de Bolsonaro no Congresso. A obstrução é recurso regimental utilizado pelos parlamentares para tentar impedir o prosseguimento dos trabalhos legislativos.

Segundo o *Placar da Anistia do Estadão*, levantamento exclusivo para identificar como cada um dos 513 deputados se posiciona sobre o tema, 194 parlamentares declararam apoio ao projeto da anistia (*mais informações nesta página*).

'EQUILÍBRIO'. Em discurso no plenário da Câmara, ontem, Motta pediu "equilíbrio" em meio à pressão pelo avanço do projeto da anistia. "Não é hora de seguirmos ninguém, mas de agirmos com despreendimento político, sem mesquinhez. (*E hora de*) Agirmos com altivez, mas sem falsos heroís-

O Estado de São Paulo

Alckmin elogia 'PL da Reciprocidade', mas diz que 'caminho é o diálogo'

Ministro reafirma que Brasil 'não é um problema' para os EUA; relatório do BTG vê prejuízo para balança comercial

AMANDA PUPO
BRASÍLIA
GABRIELA JUCÁ
SÃO PAULO

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, elogiou ontem a iniciativa do Senado de avançar com o chamado "PL da Reciprocidade", mas voltou a frisar que a posição do governo brasileiro é de diálogo em relação às medidas que devem ser anunciadas hoje pelos EUA.

"Eu acho que você ter um arcabouço jurídico legal é positivo. Louvo a iniciativa do Congresso, nesse caso do Senado, que procura preservar o interesse do Brasil, mas vou dizer que o caminho é o diálogo e procurar ter uma complementariedade econômica. E nós poderemos até avançar em outras parcerias", respondeu Alckmin.

A um dia de o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciar seu novo e amplo plano tarifário, que poderá alcançar diversos produtos exporta-

dos pelo Brasil, Alckmin disse que o governo está aberto ao diálogo e repetiu que o País não é um problema para os Estados Unidos, que mantêm uma balança superavitária nas trocas com os brasileiros.

"(Importante) Destacar que, dos 10 produtos que eles mais exportam para o Brasil, oito têm ex-tarifário, é zero, não tem Imposto de Importação. E a tarifa média final de todos os produtos e serviços é de 2,7%. Então, o Brasil não é problema para os EUA. A medida de 25% sobre aço e alumínio (já anunciada pelo governo americano) não foi contra o Brasil, foi para o mundo inteiro."

Efeito
Estudo do BTG estima que balança comercial do País pode perder até US\$ 10 bilhões

PAÍS AFETADO. Em relatório, o BTG Pactual avaliou que o Brasil pode ser diretamente afetado caso Trump decida aplicar tarifas generalizadas a setores específicos da economia. Além disso, caso os critérios para a taxação incluam países com barreiras comerciais superiores às americanas, o País seguirá na mira da política comercial de Trump.

No entanto, caso as medi-

das que devem ser anunciadas hoje sejam direcionadas apenas aos países com os quais os EUA têm grandes déficits comerciais, ou que tenham participação relevante no comércio americano, o Brasil não seria impactado inicialmente, considera o banco.

A tarifa média ponderada pelo volume de importações do Brasil é de 5,8%, ante cerca de 1,3% dos EUA. Em relação às barreiras não tarifárias, a discrepância é ainda maior – o Brasil tem um índice de 86%, acima do valor aplicado pelos EUA (77%) e da média internacional (72%).

Entre os setores brasileiros que poderão ser mais prejudicados, o BTG relaciona o de aeronaves, materiais de construção, etanol e madeira e derivados. No entanto, a diversificação da pauta de exportação brasileira limita o efeito geral sobre a balança comercial caso as tarifas sejam impostas a determinados setores.

Em um cenário de tarifa média similar ao valor que o Brasil impõe aos EUA (5,8%), o BTG estima perda de cerca de US\$ 3 bilhões na balança comercial, podendo ultrapassar US\$ 10 bilhões em 2026 no caso de tarifa linear de 25%.●

Folha de São Paulo

Fux incomoda STF ao se descolar de Moraes após 500 casos do 8/1

Ministro muda postura e suspende julgamento de cabeleireira que pichou estátua

Ana Pompeu e César Feitoza

BRASÍLIA A mudança de postura do ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), em relação às condenações de réus do 8 de janeiro provocou incômodo no tribunal.

Até a semana passada, ele era considerado alinhado à corrente liderada pelo relator dos casos, Alexandre de Moraes, o que reforçava imagem de unidade em torno das decisões da corte ante críticas de bolsonaristas à condução dos processos.

Fux acompanhou Moraes em quase todas as 500 condenações relacionadas aos ataques. Na semana passada, o reviu a adesão e apresentou questionamentos sobre um caso tornado simbólico pelo bolsonarismo — o da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que pichou a estátua que fica em frente ao STF.

Dois ministros ouvidos pela Folha afirmam que, em processos de grande repercussão, Fux costuma levar em conta avaliações externas sobre a atuação do Supremo — manifestações populares, da mídia, de comunidades políticas e de círculos jurídicos. Este seria o caso agora.

O incômodo ficou maior devido às palavras usadas por Fux. Ele disse que iria exercer a "humildade judicial" para rever "erros" cometidos no decorrer dos processos contra os acusados de



O ministro do STF Luiz Fux. Rosinei Coutinho - 26.mar.25/Divulgação/STF

45 réus do 8 de janeiro foram condenados a 17 anos de prisão até agora; Fux acompanhou Moraes integralmente em todos os casos, mesmo quando outros colegas fizeram propostas de penas mais brandas

participar dos ataques golpistas.

Ainda que o anúncio da revisão do processo tenha pegado colegas de STF de surpresa, essa não é a primeira vez que o ministro muda de posição em casos rumorosos. Em 2020, por exemplo, reviravolta no julgamento que vetou a reeleição da cúpula do Congresso foi creditada à sua rendição à opinião pública.

Na ocasião, divergiu do relator, Gilmar Mendes, e votou para declarar inconstitucional a recondução na mesma legislatura, barrando nova presidência de Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia no

Senado e da Câmara.

Segundo três ministros, ele havia se comprometido a votar a favor da tese que abriria caminho para a recondução.

Nos casos do 8 de janeiro, boa parte das críticas feitas ao tribunal foca o rigor das penas impostas. O tema ganhou a atenção de Fux, que pediu mais tempo para análise justamente durante sessão de grande apelo popular — a que tornou réus Jair Bolsonaro e outros sete acusados.

Até o momento, Fux acompanhou Moraes nas maiores condenações dadas aos presos pelos ataques de 8 de janeiro. Foram 45 condenados a 17 anos. Em todos esses casos, o ministro acompanhou Moraes integralmente, mesmo quando outros colegas fizeram propostas de penas mais brandas.

Fux é conhecido pelos colegas como um ministro de mão pesada em matéria penal. Uma marca que ele pretendia deixar quando foi presidente do Supremo (2020-2022), inclusive, era o aumento de condenações criminais de políticos envolvidos na Lava Jato.

Foi com esse intuito que ele articulou a aprovação de emenda regimental que retirou o julgamento das ações penais das turmas e as enviou ao plenário.

Em dezembro de 2023, ficou vencido quando a corte devolveu a matéria às turmas. Foi, inclusive, nesse ponto que ele di-

vergiu de Moraes na análise de pedidos preliminares da acusação da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra Bolsonaro e os outros sete réus.

Assessores próximos a Fux disseram que, em relação a Débora, ele ficou sensibilizado e suspendeu o julgamento para baixar a tensão em torno da corte, que sofria críticas pelo caso.

O ministro citou a cabeleireira na sessão que tornou Bolsonaro réu, quando foi o único na Primeira Turma a apresentar divergência e questionamentos contundentes em relação a Moraes.

"O ministro Alexandre, em seu trabalho, explicitou a conduta de cada uma das pessoas. E eu confesso que, em determinadas ocasiões, eu me deparo com uma pena exacerbada. E foi por essa razão, dando satisfação à Vossa Excelência, que eu pedi vista desse caso. Eu quero analisar o contexto em que essa senhora se encontrava", disse na quarta (26).

Moraes respondeu ao colega durante a sessão e afirmou que "não foi uma simples pichação" e que a ré ficou em acampamento e aderiu a uma tentativa de golpe. Dois dias depois, concedeu a ela prisão domiciliar.

A iniciativa de Fux de dar mais atenção a esse conjunto de processos é vista mais como demarcação de posição do que como deflagração de confronto.

Fux avisou a Moraes previamente sobre o pedido de vista do caso de Débora e sobre os questionamentos que fariam. Os dois têm boa relação nos bastidores.

Fux presidiu o STF num período em que ataques de Bolsonaro à corte recrudesceram. Ele já defendeu o Supremo e Moraes nessas situações. Na gestão, buscou manter relações institucionais com o ex-presidente.

Folha de São Paulo



Alexandre de Moraes durante aula magna na FGV do Distrito Federal, em Brasília. Pedro Ladeira - 11.mar.25/Folhapress

Moraes alega segurança e usa voo da FAB na véspera de final no estádio do Corinthians

Supremo Tribunal Federal e Ministério da Defesa não se manifestam sobre viagem em aeronave oficial, que teve apenas um passageiro

Mateus Vargas e Gêssica Brandino

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), usou um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para viajar de Brasília a São Paulo na quarta (26), um dia antes de acompanhar o título conquistado pelo Corinthians no clássico contra o Palmeiras.

A viagem foi mobilizada por razões de segurança e só teve um passageiro, segundo informações do site da FAB. O órgão que solicitou o voo e a identificação de quem viajou, porém, não foram divulgados na mesma página.

A Folha confirmou a presença do ministro com autoridades que acompanham a agenda de Moraes. Ele saiu da capital federal ho-

ras após participar da sessão da Primeira Turma que tornou réus o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete acusados de integrar o núcleo central da trama golpista de 2022. Na tarde do dia seguinte, já em São Paulo, o ministro participou por vídeo dos julgamentos da corte.

Torcedor do Corinthians, Moraes acompanhou o jogo à noite na Neo Química Arena, ao lado do ministro Flávio Dino, que é botafoguense mas vestia a camisa do alvinegro paulista.

Na sexta (28), Moraes participou em São Paulo do seminário "Democracia, Justiça, Política e o Futuro do Ministério Público na Perspectiva Feminina".

Questionados, o STF, a FAB e o Ministério da Defesa não se manifestaram sobre a viagem.

Dino também acompanhou presencialmente a sessão do STF no dia 26 e, por vídeo, na data seguinte. Sua assessoria disse que ele não usou aeronave da FAB para viajar a São Paulo.

Imagens nas redes sociais mostram Moraes na partida com a camisa do Corinthians e bonê, ao lado da esposa, a advogada Viviane Barci, e de Flávio Dino.

O Corinthians conquistou o Campeonato Paulista pela 31ª vez após empate em 0 a 0.

Antes de 2023, só o presidente do STF tinha um avião oficial à sua disposição, os demais magistrados embarcavam em voos solicitados por outras autoridades, como ministros do governo.

Os ataques do 8 de janeiro fizeram a corte passar a solicitar com frequência aviões da FAB pa-

“

A segurança não seria uma justificativa cabível: se foi a um estádio com 50 mil pessoas, poderia tranquilamente ter usado um avião comercial para a viagem

Marina Atoji
diretora de programas da Transparência Brasil

“

Por mais que tenha direito a uma vida particular [...], ideal seria que refletisse o que a sociedade brasileira espera como utilização adequada dos bens públicos

Bruno Morassutti
diretor de advocacy da Fiquem Sabendo e colunista da Folha

ra transportar os ministros que não ocupam a presidência da corte, sob argumento de garantir a segurança deles.

Os detalhes desses voos, como lista de passageiros, são mantidos em sigilo. As viagens são classificadas como “à disposição do Ministério da Defesa” no site da FAB, sem citar o STF.

“A segurança não seria uma justificativa cabível: se foi a um estádio com 50 mil pessoas, poderia tranquilamente ter usado um avião comercial para a viagem”, diz Marina Atoji, diretora de programas da Transparência Brasil.

O advogado Bruno Morassutti, diretor de advocacy da Fiquem Sabendo e colunista da Folha, considera que o caso prejudica a imagem de Moraes.

“Por mais que tenha direito a uma vida particular, dada a atenção pública em relação à conduta dos ministros do STF, ideal seria que refletisse o que a sociedade brasileira espera como utilização adequada dos bens públicos.”

A brecha nas regras foi ampliada em abril de 2024, quando o TCU (Tribunal de Contas da União) deu aval para colocar sob sigilo os detalhes dos voos realizados em aviões da FAB por altas autoridades por razões de segurança.

A decisão tem sido usada para omitir os nomes dos passageiros, inclusive para os casos em que os juízes pegam caronas em voos solicitados por outras autoridades.

Em manifestações anteriores sobre o uso das aeronaves da FAB, o Supremo havia dito que pedidos de “apoio” feitos à Força Aérea “seguem rigorosamente a legislação vigente, com base no decreto nº 10.267/2020”. “A principal motivação para solicitações é a garantia da segurança das autoridades com base em análises técnicas”, afirmou o tribunal à Folha no fim de março, antes da viagem de Moraes.

As investigações sobre a trama golpista contra a posse de Lula, em 2022, indicam que Moraes teve a localização monitorada por aliados do ex-presidente Bolsonaro.

Em 2023, o ministro foi hostilizado no aeroporto de Roma. Em novembro de 2024 um homem morreu ao se explodir em frente ao STF; depois de tentar entrar no tribunal, e colocou novamente em alerta os Poderes.

Folha de São Paulo



Cláudio Castro, o ator Márcio Garcia e seu primo, Rodrigo Garcia, sócio do BCM. Reprodução/rgarcia70 no Instagram

Banco reativado na gestão Castro teve contrato com ator e conflito com Brazão

Empresa 'herdeira' de instituição tentou desenvolver empreendimento com 65 casas, agora suspenso pela prefeitura, na zona oeste do Rio

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O banco reativado pela gestão Cláudio Castro (PL) teve tapumes demolidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro num terreno da zona oeste, contratou o ator Márcio Garcia como garoto-propaganda de um empreendimento e entrou em conflito com Domingos Brazão, conselheiro do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) acusado pelo assassinado da vereadora Marielle Franco (PSOL).

Os episódios fazem parte da tentativa da empresa BCM Ativos Imobiliários de obter o controle de terrenos na zona oeste do Rio que eram de propriedade do antigo Banco Crédito Móvel, de quem alega ser sucessora.

Como a *Folha* mostrou, a reativação do banco na Junta Comercial contrariou posicionamento da Procuradoria do Estado. Órgão do governo federal anulou a reativação, considerando a empresa extinta desde 1964. A decisão, porém, está suspensa para análise de recurso. A gestão Castro nega favorecimento.

Em março de 2022, os sócios do BCM assumiram o controle de um antigo terreno do banco no Recreio dos Bandeirantes para desenvolver um empreendimento com 65 casas de alto padrão chamado Renew Life Residence. Para isso, entraram com processo de loteamento na Prefeitura do Rio de Janeiro e cercaram a área com tapumes.

Então, a empresa já estava com CNPJ nulo por decisão da Justiça, que considerou o banco extinto.

Em outubro de 2022, a Secretaria Municipal de Ordem Pública (Scop), com o Ministério Público, demoliu 300 metros de tapumes instalados. Apasta disse que não havia licença.

O BCM afirma que havia sido notificado pela própria prefeitura para cercar a área.

Um mês antes da demolição, um dos sócios do BCM, o empresário Rodrigo Garcia, esteve na área VIP do Rock in Rio e tirou foto com Cláudio Castro. Com os dois na imagem, estava seu primo, o ator Márcio Garcia, que dois anos depois se tornou garoto-propaganda do Renew Life.

Em nota, o BCM afirma desconhecer "até onde vai o conhecimento do governador sobre empreendimento como o nosso".

"Infelizmente não temos acesso ou conhecimento de alguém que seja próximo ao governador. Se tivéssemos, com certeza, acredito que muitas coisas que conseguiram nos impedir não teriam acontecido", disse a empresa.

Castro não comentou o encontro. O ator não respondeu aos contatos da *Folha*.

Em abril de 2023, a Prefeitura do Rio autorizou a construção de um muro no local.

À época, o grupo de empresários tinha uma decisão judicial a seu favor. A 12ª Vara de Execução Fiscal havia determinado ao 9º Registro Geral de Imóveis, responsável pelo Recreio, a inclusão do BCM na matrícula do terreno como proprietário do lote.

A decisão de março de 2023 ocorreu dentro da execução fiscal movida pelo município por dívidas de IPTU contra uma família que havia comprado o terreno do antigo banco. A transação, contudo, foi anulada em 2002.

O BCM se apresentou à Justiça como real devedor do imposto por alegar ser sucessor do banco, dono original do imóvel. A juíza Kátia Torres determinou, então, a alteração do registro do imóvel no 9º RGI para indicar a empresa como proprietária.

O 9º RGI, porém, não cumpriu a ordem. Optou por apresentar dúvida à Vara de Registros Públicos, alegando ser aquele juízo o responsável pela determinação de abertura de novas matrículas. O caso ainda não teve decisão final.

Em meio à indefinição sobre a abertura de matrícula e a propriedade do imóvel, a prefeitura suspendeu a licença de loteamento.

Em nota, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento afirmou que a licença para a construção do muro "foi concedida em conformidade com a decisão judicial". "Quanto ao processo de loteamento, esclarece que as obras estão suspensas."

O BCM afirma que todas as unidades chegaram a ser negociadas, mas, após desistências, há 82% dos lotes fechados.

"Estamos aprovando tudo que de direito necessário para dar entrada não só no RGI como no Sistema Financeiro Habitacional Independente", afirmou a empresa.

O Renew Life teve disputa com um antigo posseiro da região, João Peixoto. Mas ele não era mais dono de todo o lote. Após vencer um processo por usucapião, vendeu metade do imóvel para a Superplan, empresa de Brazão.

O uso de processos de usucapião é a base da acusação contra Brazão por organização criminosa no STF no caso Marielle. A PGR diz que ele e o irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão, decidiram matar a vereadora para impedir que ela continuasse a prejudicar seus interesses em práticas de grilagem. Os dois negam.

A Superplan também disse à Justiça que o Renew Life construiu muros dentro de sua propriedade. O BCM nega.

A defesa de Brazão disse que o imóvel "não guarda qualquer relação com o homicídio".

Folha de São Paulo

Brasil importa valor recorde de diesel russo e pode entrar na mira de republicano

Compras do combustível chegam a US\$ 5,4 bi em 2024; no domingo, Trump ameaçou retaliar quem compra petróleo do país de Putin

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Brasil importou US\$ 5,4 bilhões de diesel russo em 2024, um recorde na série histórica da balança comercial. A compra do produto pode entrar na mira do presidente americano Donald Trump, que no domingo (30) ameaçou retaliar quem adquirir petróleo do território comandado por Vladimir Putin.

A importação do produto russo é crescente desde 2022, quando quintuplicou após as sanções internacionais aplicadas a Moscou devido à Guerra da Ucrânia e ao redirecionamento das cargas para outros mercados. O valor se multiplicou por 47 em 2023. Em 2024, houve novo aumento, de 19%.

Para especialistas, a restrição no mercado internacional fez os produtos russos ficarem mais baratos. Com isso, empresas no Brasil têm aproveitado o baixo valor para comprar o diesel e revendê-lo no mercado doméstico aproveitando a diferença ante os valores praticados pela Petrobras.

Os dados da balança comercial apontam que o diesel russo tem chegado aos portos brasileiros a uma média de R\$ 3,28 por litro em 2025 (por meio do cálculo "free on board", ou FOB, que não considera o frete internacional). De acordo com importadores, o frete tem mostrado grandes variações dependendo dos ofertantes e dos compradores, inclusive pelo tamanho dos navios.

O governo brasileiro vinha criticando o preço de diesel praticado pela Petrobras e calculava que o patamar estava de R\$ 0,20 a R\$ 0,40 mais caro que o praticado por outros países. A visão era que a estatal poderia baratear o produto e ajudar a mitigar os efeitos da inflação em um momento de preocupação do presidente Lula (PT) com o tema. Nesta semana, a estatal cortou o preço para distribuidoras para R\$ 3,55.

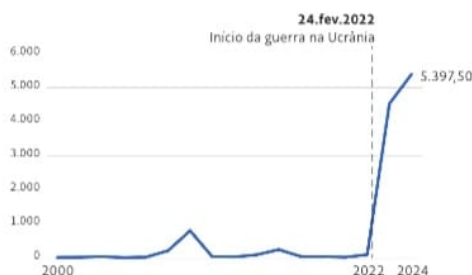
Agora, a importação pelo Brasil pode ficar em xeque com as recentes declarações de Trump. Ele disse que quem comprar petróleo russo pode ficar impedido de fazer negócios com os EUA. Ainda não está claro se a eventual retaliação seria apenas ao petróleo bruto russo (que o Brasil importa pouco) ou se incluiria derivados.

"Se a Rússia e eu não conseguirmos chegar a um acordo para parar o derramamento de sangue na Ucrânia, e se eu achar que isso foi culpa da Rússia, vou impor tarifas secundárias sobre todo o petróleo vindo de lá", afirmou Trump. "Isso significaria que, se você comprar petróleo da Rússia, não poderá fazer negócios nos Estados Unidos".

Welber Barral, consultor de co-

Compra de diesel russo dispara após guerra na Ucrânia e sanções internacionais

Em US\$ milhões (FOB)



Principais produtos russos importados pelo Brasil em 2024

Valor, em US\$ milhões (FOB)



Fonte: Mdic

mércio exterior, afirma que o cenário é de complexidade para o Brasil — que fica pressionado pela relação com as duas potências.

"Não sei o que o Brasil vai fazer no caso da Rússia, que, além de tudo, também é membro do Brics. Vai ser uma situação difícil, até porque tem que lembrar que a operação [de compra do diesel russo] não é feita pelo governo brasileiro. São importadores independentes", analisa.

Ele afirma que o Brasil tem autonomia para sua política de sanções, mas geralmente segue as decisões do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) — integrado tanto pelos EUA como pela Rússia. "Se você olhar as sanções que o Brasil aplica hoje, são contra países contra os quais tem uma decisão do Conselho", afirma.

Ele lembra outros países, como China e Índia, que podem ser afetados por comprarem petróleo russo. "Como a Rússia sofre com essas sanções, ela acaba vendendo muito para outros mercados. Está vendendo muito para a Índia, o Irã. Inclusive não usando dólar, e sim moedas locais para fugir dessas sanções", diz.

Sérgio Araújo, presidente-executivo da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), afirma que, com exceção da Petrobras, todos os importadores estão trazendo diesel da Rússia devido ao preço competitivo. Para ele, tentar impedir os desembarques vai gerar problemas no mercado brasileiro.

"Não acreditamos que o governo brasileiro tenha interesse em impedir a importação de diesel russo. O Brasil precisa importar entre 25% e 30% do volume demandado. O diesel russo é mais barato e atende às especificações técnicas", diz.

Para Araújo, um movimento na direção contrária da importação acabaria impactando os preços no país. "Não é adequado. Aumenta o preço do produto, com consequente aumento da inflação", afirma.

Entre membros do Itamaraty que acompanham o tema, a ameaça é vista com ceticismo. Um motivo é que o restante dos produtores pode não ser capaz de abastecer a demanda por petróleo e derivados no mundo.

Também é mencionado que a medida poderia impactar esforços geopolíticos dos EUA — por exemplo com a Índia, que historicamente esteve próxima à antiga União Soviética. Nesse caso, um cálculo errado poderia aproximar os dois países.

Por isso, a visão expressa é de que esse pode ser um caso em que Trump faz ameaças apenas para obter concessões. O objetivo seria mais pressionar a Rússia nas negociações para a interrupção do conflito com a Ucrânia do que ter como alvo países importadores. No entanto, caso o tema escale e as retaliações sejam de fato aplicadas, a saída vislumbrada entre integrantes do corpo diplomático seria parar de comprar o diesel russo.

Folha de São Paulo

PIB indica necessidade de 'dose maior' do remédio, diz Galípolo sobre juros

Presidente do BC critica 'subsídios cruzados' e afirma que comunicação precisa melhorar

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse nesta terça-feira (1ª) que o "dinamismo excepcional" da economia brasileira pode indicar a necessidade de um ciclo mais pesado de aperto da política monetária.

"Talvez os canais de transmissão da política monetária não funcionem aqui no Brasil com a mesma fluidez que costuma funcionar em outros países, e que eventualmente você precise dar doses maiores de remédio para conseguir o mesmo efeito."

Em breve discurso, o presidente da autarquia citou a queda da taxa de desemprego e o crescimento do rendimento das famílias como exemplos do que chamou de dinamismo da economia.

Galípolo participou nesta manhã de sessão solene no plenário da Câmara em comemoração dos 60 anos da autoridade monetária. Deputados que discursaram durante a cerimônia se queixaram do atual patamar de juros — na mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), a Selic foi a 14,25% ao ano.

O presidente da autoridade monetária disse que são frequentes os questionamentos dos motivos pelos quais a taxa de juros restritiva não interrompe o crescimento e também a comparação com outros países. "Colocar a questão nesses termos", afirmou, "me parece que ela não toca o



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, durante sessão solene no plenário da Câmara dos Deputados em comemoração dos 60 anos da autoridade monetária. Gabriela Bilo/Folhapress

problema de maneira adequada."

Galípolo disse considerar importante a normalização da política monetária e a melhoria na comunicação das decisões do BC. Fez também críticas ao que chamou de "uma série de subsídios cruzados, perversos e regressivos na sociedade brasileira".

É necessário, segundo ele, superar o "equilíbrio, entre aspas" em que "alguns grupos conseguem exceções para pagar menos, enquanto uma grande maioria é obrigada a pagar mais em compensação".

Gabriel Galípolo não falou com

a imprensa antes ou depois da cerimônia. Sua segunda agenda prevista para esta terça era uma reunião com o CEO do banco Master, Daniel Vorcaro, na sede do BC em Brasília.

Na Câmara, Galípolo defendeu que as autoridades monetárias dialoguem mais com o público para explicar política monetária, estabilidade e combater desinformação e fraudes. Quando criticado publicamente por suas decisões, disse Galípolo, cabe ao Banco Central explicar "o que faz e porquê faz".

Os ex-presidentes do Banco

Central Henrique Meirelles e Alexandre Tombini, o presidente da Prebraban (Federação Brasileira dos Bancos), Isaac Sidney, o ex-deputado federal Rodrigo Maia, da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), e o secretário Marcos Pinto, de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, também participaram da sessão solene.

O atual presidente do BC disse que o banco operou "transformações e revoluções no mercado financeiro" nos últimos anos, por meio de inclusão financeira, melhoria na competitividade e estímulo ao empreendedorismo. Galípolo defendeu a necessidade de adaptar o arcabouço legal e institucional da autoridade monetária para dar conta dessas transformações dos últimos anos.

"As obrigações do Banco Central vêm crescendo desde então e talvez essa revolução que a gente assiste no mercado financeiro não teve uma revolução proporcional ao arcabouço legal ou institucional", afirmou. Galípolo disse que o trabalho vem sendo feito por meio da "excelência da equipe técnica, do servidor" e defendeu "soluções para que eles possam assumir as novas obrigações".

O Banco Central vem negociando no Congresso Nacional uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia a autonomia da autoridade monetária. O Ministério da Fazenda também estuda um modelo de longo prazo que transforma o órgão em super-regulador.

A PEC prevê que o Banco Central passaria de autarquia especial para empresa pública de natureza especial, o que daria maior autonomia financeira, como ocorre no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).



Talvez a política monetária não funcione aqui no Brasil com a mesma fluidez que em outros países, e você precise dar doses maiores de remédio

Gabriel Galípolo
presidente do Banco Central

Veículo
Radar Litoral
Noticias das Praias
Ubatuba Times



Federação dos Bancários cede prédio para implantação de Hotel-Escola em Caraguatatuba

O prédio da colônia de férias dos bancários, com 6,5 mil metros quadrados de área e com construção de 71 quartos, piscina, salão de jogos, salão de festas quadras, entre outros espaços, foi cedido ao município de Caraguatatuba, em solenidade de assinatura nesta terça-feira (1). O objetivo da Prefeitura é transformar o local num hotel-escola.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

O Estado de São Paulo

Dino manda Estados e municípios prestarem contas sobre emendas Pix

— Decisão se aplica a 6.247 planos de trabalho, que devem detalhar aplicação dos recursos; ministro diz que Congresso descumpra 'deveres básicos' e alerta sobre eventual novo bloqueio

LAVÍNIA KAUCZ
BRASILIA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou aos Estados e municípios beneficiários das chamadas "emendas Pix", executadas entre 2020 e 2023, que prestem contas sobre o uso do dinheiro público aos ministérios de onde saíram os repasses. O prazo para a comunicação é de até 90 dias. A decisão se aplica a 6.247 planos de trabalho que ainda não foram apresentados, em descumprimento à determinação da Corte. Os planos de trabalho devem detalhar onde o recurso foi ou será gasto.

Denominada oficialmente de "transferência especial", a emenda Pix – revelada pelo Estadão – é um dispositivo que permite alocar recursos do Orçamento da União com maior

"O não cadastramento, até o momento, de 6.247 planos de trabalho, totalizando dezenas de bilhões do orçamento público federal, sublinha, mais uma vez, o nível de desorganização institucional que marcou a implementação das transferências especiais ('emendas Pix')"

Flávio Dino
Ministro do STF

agilidade em Estados e municípios. A modalidade, porém, foi alvo de questionamento no Supremo por não ter meios de fiscalizar o uso do dinheiro público. No destino, o repasse podia ser usado livremente pelo governador ou prefeito, sem vinculação com programas federais. A exigência do plano de

trabalho tem o objetivo de identificar onde o dinheiro será gasto e sanar essa lacuna de transparência.

Dino vem cobrando a apresentação dos planos de emendas já pagas para jogar luz sobre a destinação dos recursos públicos. Quando liberou a execução dos repasses, o ministro determinou que as emendas solicitadas de 2025 em diante devem ter seus planos de trabalho apresentados previamente.

'IMPEDIMENTO'. No despacho publicado ontem, o ministro ressaltou que o Congresso continua a descumprir "deveres básicos" relacionados à transparência e à rastreabilidade dessas emendas.

Ele ainda alertou que poderá determinar um novo bloqueio das emendas parlamentares em caso de não cumprimento da determinação. "Advertir que a não prestação de contas, no prazo fixado, implicará a configuração de impedimento de ordem técnica para execução de emendas parlamentares, sem prejuízo da necessária apuração da responsabilidade dos agentes omissos", afirmou Dino no ofício.

Em março, o Congresso aprovou, em sessão conjunta, o projeto de resolução que regulamenta a execução das emendas parlamentares, após acordo do Legislativo com o Supremo para viabilizar a liberação desses recursos.

O texto regulamenta como as emendas parlamentares devem ser distribuídas, como seus valores devem ser corrigidos e a forma como serão feitas as indicações pelos congressistas. A matéria foi aprovada após longa negociação e foi elaborada para atender a demandas feitas pelo STF por mais transparência e rastreabilidade.

Para entender

Repassa vai direto para prefeitos e governadores

Modalidade
Criada pelo Congresso Nacional em 2019, a "emenda Pix" é uma modalidade de emenda individual que permite o repasse direto de dinheiro para prefeitos e governadores, sem a necessidade de vincular o recurso transferido a um projeto ou obra específicos

Orçamento secreto
A emenda Pix aumentou após o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar o orçamento secreto inconstitucional. A escolha do destino cabe aos parlamentares – é possível saber qual deputado ou senador indicou e qual município recebeu a verba, mas não o que foi feito com o dinheiro

Destinação
O dinheiro de emendas Pix foi usado, por exemplo, para bancar shows sertanejos em cidades sem infraestrutura básica, financiou compras mais caras de asfalto e foi enviado de forma irregular a municípios, sem respeitar a necessidade de aplicação em investimentos públicos

Prestação de contas

Como mostrou o Estadão em janeiro, deputados e senadores transferiram cerca de R\$ 21 bilhões, nos últimos quatro anos, usando a modalidade de emendas Pix, mas apenas 4% desse volume (R\$ 933 milhões) teve a prestação de contas concluída por Estados e municípios beneficiados

Rigor

Antes das emendas Pix, o rastreamento desses recursos era mais rígido, segundo o pesquisador Humberto Nunes Alencar, analista do Ministério do Planejamento. Os parlamentares só podiam destinar suas emendas individuais pela modalidade tradicional, que exige projetos detalhados e fiscalização federal, garantindo maior controle sobre os investimentos

Questionamentos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou a adoção, pelo Congresso, de critérios de transparência e rastreabilidade para os repasses de emendas Pix como condições para o pagamento dos recursos, o que levou a um embate com o Poder Legislativo que se arrasta desde o ano passado

ANTONIO AUGUSTO/STF - 26/3/2025



Flávio Dino, do STF, cobra transparência nos repasses de verba

Na ocasião, Dino admitiu que as novas regras para as emendas ainda estão "longe do ideal", mas disse que "passos concretos foram dados" em oito meses de negociação.

Mais recentemente, no fim do mês passado, ele deu prazo de 30 dias para que os ministros do Turismo, da Fazenda e da Saúde apresentassem informações sobre emendas Pix destinadas ao setor de eventos e ao Sistema Único de Saúde (SUS). O ministro considerou que as informações apresentadas anteriormente estão incompletas e pediu a complementação.

No caso das pastas do Turismo e da Fazenda, Dino quer saber, por exemplo, quantas das 1.219 emendas Pix cadastradas com a finalidade "Turismo" até 17 de março foram ou serão executadas por empresas contempladas pelo Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (Perse).

'DESORGANIZAÇÃO'. Em seu despacho de ontem, o ministro do Supremo disse que a implementação das emendas Pix foi marcada por uma "desorganização institucional".

"O não cadastramento, até o momento, de 6.247 planos de trabalho, totalizando dezenas de bilhões do orçamento público federal, sublinha, mais uma vez, o nível de desorganização institucional que marcou a implementação das transferências especiais ('emendas Pix')". Como já demonstrado nestes autos, deveres básicos atinentes ao planejamento, controle, transparência, rastreabilidade e prestação de contas restaram inadimplidos, afrontando preceitos constitucionais e legais", destacou Dino na decisão.

As emendas se tornaram centrais no debate público sobre transparência a partir da revelação do orçamento secreto, pelo Estadão, em 2021. ●

O Estado de São Paulo

Brasil pode gerar 244 mil empregos até 2040 com reciclagem, diz estudo

Levantamento da Fundação Dom Cabral e do Instituto Atmos estima que perda de matéria-prima chega a R\$ 14 bi por ano

LUIS FILIPE SANTOS

O Brasil recicla muito pouco, e desperdiça oportunidades. O apontamento é de um estudo da Fundação Dom Cabral (FDC) e do Instituto Atmosfera de Estudos e Pesquisas Ambientais (Instituto Atmos), ligado à Ambipar, que calculou quanto o País recicla e traçou os cenários em que o aumento da reciclagem poderia gerar benefícios.

O relatório foi feito a partir da base de dados disponível. Na sequência, os números foram extrapolados para três cenários de melhora até 2040, que variam de criação de 34,8 mil empregos, no mais pessimista, a até 244 mil postos no

mais otimista. O texto aponta que cada aumento de 1% na taxa de reciclagem pode gerar cerca de 9,315 empregos diretos.

De acordo com o estudo, o Brasil gera hoje cerca de 81 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, mas recicla apenas 13,06% desse total – o restante é destinado principalmente a aterros sanitários. Esse cenário gera perdas de cerca de R\$ 14 bilhões anuais, com o desperdício de matéria-prima. Também há custos maiores com a necessidade de retirar novos materiais da natureza e a importação de resíduos, feita por empresas para alcançar as metas ambientais de reciclagem.

CENÁRIOS. No cenário mais pessimista para 2040, com melhorias pontuais em relação ao que vivemos hoje, 16,8% dos materiais seriam reciclados, o que geraria 34,8 mil novos empregos, mas as perdas cresceriam devi-

Sugestões do estudo

● Indústria de embalagens

Estabelecer metas obrigatórias de conteúdo reciclado, ampliar os decretos regulatórios e promover o design sustentável de embalagens

● Indústria de produtos

Reduzir o uso de plásticos virgens, transformar metas voluntárias em legislações obrigatórias e incentivar a adoção de recicláveis nos processos produtivos

● Varejo

Instalar pontos de entrega voluntária (PEVs) e fiscalizar a implementação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

● Prefeituras

Revisar contratos com aterros sanitários e estabelecer parcerias formais com cooperativas de catadores

● Cooperativas de catadores

Garantir infraestrutura adequada, capacitação, diversificação de receitas e maior apoio técnico

do a um maior volume de resíduos aterrados.

No cenário intermediário, com questões fundamentais sendo atacadas, de 20,16% a 25,2% do total iria para reciclagem, com o potencial de gerar entre 66 mil e 113 mil empregos. As perdas financeiras se-

riam reduzidas a R\$ 7,8 bilhões.

Já no mais otimista, com uma mudança em que praticamente todos os resíduos coletados sejam reciclados, 244 mil empregos seriam gerados e as perdas com aterramento, ainda necessário para parte dos resíduos orgânicos, se-

riam de R\$ 3,1 bilhões.

Para os pesquisadores, um ponto fundamental é entender o papel de cada ator da cadeia: as indústrias de embalagens, de produtos, os três níveis de governo, as cooperativas e os próprios catadores. “Faltou olhar holisticamente para todo o sistema de reciclagem, faltou olhar para as embalagens, quem produz e quem processa”, comenta Heiko Hosomi Spitzack, diretor do Centro de Pesquisa em Sustentabilidade da Fundação Dom Cabral.

O mais importante, na visão dos autores, é trabalhar os incentivos para aumentar a reciclagem. Para Rafael Tello, diretor científico do Instituto Atmos e vice-presidente de Sustentabilidade da Ambipar, um exemplo é o trabalho das cooperativas. “A cooperativa quer ser remunerada pelo trabalho que ela faz, quer ter apoio para o desenvolvimento, como formas de aumentar a produtividade com maquinário adequado e treinamento para mão de obra.”

“Desperdício significa que a gente está aterrando valor, o que pode gerar contaminação de solo e água. Reciclar geraria mais oportunidades para centenas de milhares de pessoas”, diz Spitzack. ●

O Estado de São Paulo



Socorristas trabalham em meio a escombros de prédio em Naypyitaw pelo quarto dia seguido desde o terremoto; ao menos 650 pessoas foram resgatadas nas operações

Mianmar

Mianmar busca sobreviventes e mulher é resgatada após 91 horas

Segundo corpo de bombeiros, ela tem cerca de 70 anos; até ontem, 650 pessoas foram resgatadas com vida

NAYPYIDAW

Uma mulher foi resgatada ontem em Mianmar depois de passar 91 horas presa entre os escombros após o terremoto de sexta-feira. Ao longo de quatro

dias de buscas após o tremor de magnitude de 7,7, quase 650 pessoas foram resgatadas com vida dos escombros.

A mulher, de cerca de 70 anos, foi encontrada viva na manhã de ontem na capital, Naypyidaw, resgatada e levada ao hospital uma hora depois, informaram os bombeiros no Facebook.

O chefe da junta militar do governo de Mianmar, Min Aung Hlaing, afirmou ontem que a tragédia deixou 2.719 mortos, mais de 4.500 feridos e

441 desaparecidos. Espera-se que o balanço ainda aumente significativamente quando as equipes de resgate chegarem aos povoados e aldeias que ficaram incommunicáveis.

O epicentro do terremoto foi localizado próximo de Mandalay, a segunda maior cidade do país, com 1,7 milhão de habitantes. Mianmar, já devastada por anos de guerra civil, vive uma semana de luto nacional.

O terremoto também derrubou imóveis em Bangcoc, na Tailândia, a mil quilômetros de

distância do epicentro. Pelo menos 20 pessoas morreram e dezenas ainda podem estar presas nos escombros de um prédio de 30 andares que estava em construção na capital e desabou.

AJUDA. A ONU calcula que pelo menos 3,5 milhões dos 50 milhões de habitantes foram deslocados pela guerra civil que assola Mianmar há anos e muitos enfrentam fome.

Embora a junta militar afirme que tenta responder ao de-

sastre, nos últimos dias houve relatos de bombardeios militares contra grupos armados rivais. A enviada especial da ONU, Julie Bishop, pediu o fim das hostilidades para que todas as partes se concentrem na proteção e fornecimento de ajuda aos civis.

Uma aliança de três grupos armados étnicos rebelados contra a junta anunciou, ontem, sua intenção de respeitar um cessar-fogo unilateral de um mês por razões humanitárias, declarado no fim de semana.

Mais de mil socorristas de países como China, Rússia e Índia desembarcaram no país para auxiliar nos trabalhos. Em Mandalay, edifícios residenciais e templos foram reduzidos a escombros. Pela quarta noite consecutiva, ontem, centenas dormiram em barracas ou cobertos apenas por mantas nas ruas e estradas. ● AFP

O Estado de São Paulo

CPI vai apurar se imóvel para baixa renda teve outra destinação em SP

Incorporadoras e a Prefeitura falam em casos pontuais, após denúncias reunidas pelo MP por 2 anos, com apoio de cartórios

PRISCILA MENGUE

Alvo de uma investigação de dois anos do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), a destinação de apartamentos com incentivos municipais para a baixa renda agora será apurada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo. A CPI foi anunciada ontem pelo presidente do Legislativo, Ricardo Teixeira (União Brasil), na reunião semanal do Colégio de Líderes.

As principais associações do setor afirmam que houve apenas poucos casos de “desvirtuamento” de moradia popular. A gestão Ricardo Nunes (MDB) tem argumentado que as irregularidades são “pontuais” e diz que está apurando as denúncias recebidas – já houve multas aplicadas em casos de irregularidades identificadas pelo Município.

A comissão sobre Habitação de Interesse Social (HIS) foi proposta pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil), presidente da Comissão de Políti-

ca Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Proposta semelhante havia sido apresentada pelo vereador Nabil Bonduki (PT) – que envolveria também prédios irregulares em geral –, mas a oposição foi atendida com outra CPI.

PARA ENTENDER. O MP-SP apura indícios de destinação desses imóveis para público fora da faixa de renda prevista desde 2022. Por lei, esses apartamentos somente podem ser moradia para pessoas com renda mensal de até 3 salários mínimos (HIS-1) e de 3 a 6 salários (HIS-2), porém foram identificados casos de unidades compradas ou alugadas para público distinto. Grande parte dos endereços identificados envolve bairros de classe média e nobres, como Vila Olímpia, Pinheiros e Itaim-Bibi. Além disso, os condomínios são majoritariamente de microapartamentos e pequenas unidades.

Com base nas denúncias do MP e em um convênio com cartórios, a gestão Nunes recentemente começou a emitir as primeiras multas e avisos de sanção a pelo menos 11 empreendimentos que não comprovaram a destinação adequada. O número de notificações é de cerca de 200, com apuração ainda parcial, segundo a Prefeitura.

A partir do Plano Diretor de

2014, a criação de HIS pela iniciativa privada ganhou diversos incentivos construtivos, tributários e fiscais. Esses benefícios são destinados às empresas, que são responsáveis por todas as fases de desenvolvimento.

Dados compilados pelo Secovi-SP e pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) apontam que esse segmento se tornou predominante

CPI das Enchentes
Estará focada
especialmente no
histórico de inundações
do Jardim Pantanal

na cidade, chegando a 75,1% das moradias com alvará expedido entre janeiro de 2019 e setembro de 2024. Ao todo, são 248.498 HIS e Habitação de Mercado Popular (HMP, que é minoria, mas recebe benefícios).

JARDIM PANTANAL. Os parlamentares da oposição conseguiram emplacar a abertura de uma comissão sobre enchentes, proposta por Alessandro Guedes (PT). Estará focada especialmente no histórico de inundações do Jardim Pantanal, na zona leste. ●

Veículo
Fala Caragua



Sabesp prorroga feirão de regularização de débitos até o dia 11 de abril

A Sabesp prorrogou até 11 de abril o feirão “Acertando suas contas com a Sabesp”, oferecendo condições especiais para regularização de dívidas. Em três semanas, mais de 22 mil clientes já quitaram seus débitos com a Companhia, com descontos de até 100% em juros e multas. A iniciativa é válida para imóveis residenciais, comerciais e industriais com contas em aberto nas 375 cidades atendidas pela empresa (capital, Grande São Paulo, interior e litoral).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
Tamoios News



Guarda Municipal atende ocorrência de violência doméstica praticada pelo filho em Caraguatatuba

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Caraguatatuba atendeu uma ocorrência de violência doméstica no bairro Perequê-Mirim, na última quinta-feira (27).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Nova Imprensa

O Vale

Repórter Online Litoral

Diário Caiçara

Notícias das Praias



Mulher é presa por matar Yorkshire a pancadas no Porto Novo

Uma mulher de 50 anos, identificada como L.C., foi presa em flagrante, na tarde desta terça-feira (1º), por agredir e matar sua cachorrinha, no bairro Porto Novo, em [Caraguatatuba](#). Segundo testemunhas, a Yorkshire chamada Sara gritou muito e os vizinhos acionaram a polícia.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Turismo e Esporte - Local

Veículo
Fala Caragua



Caraguatatuba divulga indicações para o Revelando SP 2025

A Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc) recebeu 43 manifestações de interesse para a participação no evento Revelando SP e selecionou 15 inscrições nas áreas de manifestações artísticas, culinária e artesanato.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara
Notícias das Praias



Atleta de Caraguatatuba é Campeã Pan-Americana de Jiu Jitsu e busca apoio para disputar Mundial nos Estados Unidos

A atleta Helena Ferreira Siqueira, de 16 anos, de Caraguatatuba, vai disputar o World Jiu Jitsu Championship (IBJJF), que ocorre de 28 de maio a 1º de junho, em Los Angeles, Califórnia (EUA) e busca apoio para cobrir custos com alimentação, materiais esportivos e deslocamentos durante a competição.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

11.03.2025

Entrevista com a Vereadora, Vilma Teixeira para a TV Câmara

Pauta: Banco de leite humano



Assista a reportagem completa [aqui](#).